

INTÉRPRETES AFRICANOS E DOMÍNIO COLONIAL FRANCÊS NO SUDÃO OCIDENTAL (1863-1898)

Rafaél Antônio
Nascimento Cruz

Mestrando do Programa de
Pós-Graduação em História
Social da USP.

Recebido: 20/05/2022
Aprovado: 28/06/2022

RESUMO

Este artigo aborda as ações de africanos que desempenharam o papel de intermediários transacionais entre a administração colonial francesa em expansão e as populações do Sudão ocidental. Região de grande heterogeneidade linguística, os intérpretes viabilizaram a comunicação entre militares e administradores franceses e falantes de línguas como fulfulde, uolofe, bambara, diúla e árabe, entre outras. Nessa tradução, os intérpretes operavam a mediação cultural e política entre repertórios distintos em uma relação que se estabelecia assimetricamente. Nosso objetivo é compreender a maneira como estes intérpretes mobilizaram sua posição ambígua e os vácuos existentes entre o desconhecimento e o conhecimento pretendido que os franceses possuíam das populações locais e, de outra parte, o desconhecimento e o conhecimento pretendido que estas populações possuíam dos franceses. Para tanto, recorreremos a uma variada documentação produzida pelos franceses, como relatos de viagem, tratados, recolhas de contos ou tradições orais – peças da “biblioteca colonial”. Os intérpretes africanos, que podiam ser formais ou ocasionais, permitem entender a agência de alguns africanos em face da violência do estabelecimento da dominação colonial, bem como as transformações profundas vivenciadas pelas sociedades que lidaram de maneiras diversas com essa modalidade de dominação até então desconhecida.

PALAVRAS-CHAVE

Intermediários africanos; Subalternos; Colonialismo francês.

Introdução

O presente texto tem por objetivo tecer considerações sobre a experiência de africanos que desempenharam o papel de intermediários transacionais entre a administração colonial francesa em expansão e as populações do Sudão ocidental entre as décadas de 1860 e 1890.

O termo “Sudão” deriva da expressão árabe “*bilad al-sudan*” – em tradução literal, “país dos negros” ou “terra dos negros”. Inicialmente, o termo era utilizado pelos geógrafos e sábios árabes para se referir às terras ao sul do Saara. No período moderno, cartógrafos e estudiosos europeus incorporaram o termo “Sudão”, que passou a ser uma referência às terras imediatamente ao sul do Saara de leste a oeste. Desse modo, no século XIX os atores franceses que circulavam pela costa africana denominavam a região que compreende as terras banhadas pelo rio Senegal e pelo alto e médio rio Níger de “Sudão ocidental”. É pela incidência na documentação que adoto o termo neste artigo. Com isso, a pesquisa engloba regiões que não correspondem às fronteiras nacionais atualmente existentes, pois o que define a nossa abordagem é pensar a itinerância de africanos e de seus saberes na intermediação entre as populações e autoridades locais, de uma parte, e os franceses, de outra (fossem eles militares, administradores, estudiosos ou viajantes).

A segunda metade do século XIX – sobretudo em suas duas últimas décadas – foi um momento no qual um número cada vez maior de habitantes do continente africano se viu em face da dominação colonial e toda a sua violência. Essas pessoas passaram muito longe dos salões de Berlim onde, entre 1884 e 1885, teve lugar a conferência que se tornou marco da partilha e na qual foram estabelecidas as regras do jogo para o controle da África. É sempre importante lembrar que não é porque essas pessoas não foram convocadas a participar da conferência de Berlim que podemos nos permitir não convocá-las a participar da história.

Proponho entender como foi viver este período a partir do fragmento de vida de algumas pessoas, o que apenas é possível identificar mediante vestígios do passado que são fragmentários e marcados, em sua produção e conservação, pelas relações de poder que ditam as regras do jogo do que é registrável e preservável e o que não é. Por isso, recorreremos aos diversos vestígios produzidos por franceses atuantes na região: documentos administrativos, literatura de viagem, relatos militares, narrativas memorialísticas, gravuras, fotografias, estudos sócio-históricos, manuais de gramática, entre outros.

Neste artigo abordaremos, em um primeiro momento, as condições de produção e preservação dos vestígios históricos sobre a experiência dessas pessoas, bem como as possibilidades de pesquisa em história social sobre este tema. Em seguida, discutiremos brevemente os caminhos que estamos trilhando no andamento da pesquisa de mestrado e os resultados parciais obtidos em nosso trabalho.

1. Uma “história vista a partir do meio”

A atuação de mediadores locais foi central na expansão e na ocupação coloniais do continente

africano. Damos relevo aos mediadores que categorizamos como “intermediadores transacionais”, dentre os quais se destacaram os intérpretes. Para fins analíticos, adotamos a conceituação proposta por Metcalf em seu estudo sobre os intermediários no primeiro século de colonização do Brasil. Segundo propõe a historiadora, os intermediários podem ser divididos em três grupos: o primeiro grupo foi denominado como sendo o dos “intermediários físicos/biológicos”, ocupados do transporte de animais, sementes e plantas; o segundo, chamado de “intermediários transacionais”, agrupa as pessoas que atuavam como tradutoras, negociadoras comerciais e mediadoras culturais, “(...) muitos com um domínio linguístico e uma habilidade cultural que lhes conferiam um poder extraordinário em certas situações”; e o último grupo, que seria o dos “intermediários representacionais”, que influenciavam a percepção de terras e gentes por meio de seus escritos, desenhos ou mapas.¹

A função primeira de um intérprete é de tornar a comunicação mutuamente inteligível entre partes que não compartilham uma língua comum. A região de que tratamos é notória por sua heterogeneidade linguística. Para tomar a atualidade como parâmetro, a África do Oeste conta com mais de 300 línguas e, conforme especula Van den Avenne, essa multiplicidade deveria ter sido ainda mais acentuada nos oitocentos.² São línguas como o fulfulde, o uolofe, o bambara, o diúla, o malinquê, ou ainda o árabe, que era utilizado como suporte de escrita pelas elites muçulmanas locais. Não obstante, as atividades dos intérpretes transcendiam a tradução em um sentido estrito, uma vez que atuavam como mediadores culturais, emissários políticos, guias em expedições, negociadores de tratados, informantes e produtores de materiais científicos; também não era raro que desempenhassem atividades militares ou manuais em geral, como cozinheiros ou carregadores.

Com isso, observamos uma situação paradoxal: os intérpretes – e intermediários africanos em geral – eram onipresentes e figuras centrais na dominação colonial; ao mesmo tempo, figuram de modo marginal e fragmentário nos vestígios documentais que chegaram até nós.

A disparidade entre a presença dos intérpretes nos acontecimentos e a sua ausência na documentação chama a atenção para os silêncios. Conforme aponta Trouillot, os silêncios são inerentes à produção histórica e ingressam em diferentes momentos, dos quais ele assinala quatro: a elaboração das fontes, a formação dos arquivos, a criação das narrativas e, em última instância, a escrita da história. Esses momentos se retroalimentam e coexistem.³

As fontes a partir das quais são realizadas as pesquisas em história, não apenas no que toca o nosso recorte, são fragmentos de algo que não existe mais. Para dar ênfase a essa característica, alguns historiadores sugerem que seria necessário optar pelo uso da palavra vestígio ao invés de fonte. A ideia de fonte remeteria à metáfora de um rio: seria como se os historiadores enchessem seus baldes com águas retiradas do “rio da verdade” e essa água se tornasse mais pura quanto mais se aproximasse das origens. Por outro lado, a ideia de vestígio do passado no presente coloca ênfase

1 Essa proposta conceitual foi apresentada por Metcalf no primeiro capítulo de seu trabalho. Para a sua elaboração, a historiadora partiu de observações feitas por Stephen Greenblatt. Cf. Alida Metcalf, *Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil: 1500-1600*, Campinas, Editora da Unicamp, 2019, p. 29-32.

2 Cécile Van den Avenne, *De la bouche même des indigènes : échanges linguistiques en Afrique coloniale*, Paris, Vendémiaire, 2017, p. 15.

3 Michel-Rolph Trouillot, *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, Curitiba, huya, 2016, p. 57.

em seu caráter indireto e fragmentário.⁴ A experiência humana invariavelmente deixa seus rastros, marcas de sua passagem. Mas ela não é uniforme. Para que algo seja registrado – por escrito, por fotografia ou outra forma – ocorrem escolhas conscientes e inconscientes que levam ao não registro de inúmeras outras coisas.

A principal documentação de que dispomos são obras impressas e publicadas por agentes do poder colonial – administradores e militares –, em grande maioria literatura de viagem, mas também periódicos e estudos de cunho científico (linguístico ou antropológico). Apesar da heterogeneidade da tipologia das fontes mobilizadas, elas encontram um elemento comum: fazem parte do campo discursivo do saber colonial e são orientadas por regras compartilhadas, ainda que, eventualmente, sejam originárias de áreas do conhecimento tidas como distintas. O conjunto dessas peças constitui aquilo que o filósofo V. Y. Mudimbe consagrou com o conceito de “biblioteca colonial”.

Segundo o filósofo, a “biblioteca colonial” seria o conjunto de imagens e textos a partir dos quais se constituiu a ideia de africanismo, associando a África ao primitivismo e ao lugar da alteridade. Esse emaranhado discursivo e os conhecimentos sobre a África não formariam um todo coerente ou homogêneo, apresentando elementos distintos e contraditórios. Nele, o africano se tornava o Outro, mas não apenas aquele que é “toda a gente excepto eu” e sim “a chave que, com as suas diferenças anormais, especifica a identidade do Mesmo.”⁵ Esse discurso seria composto por enunciados produzidos por diferentes áreas do conhecimento, mas que obedeceriam a regras comuns. As divisões disciplinares – aquelas do período em que os textos foram produzidos ou as divisões atuais que são transpostas para o passado – correm o risco de desconsiderar relações e afinidades comuns.⁶ A título de exemplo, em sua abordagem do africanismo Mudimbe se atenta aos textos missionários e discute sua proximidade com os textos antropológicos.⁷ Sua argumentação demonstra as malhas que transpassam esses campos distintos de enunciação que conformam o africanismo. Por isso, é fundamental a preocupação em entender os regimes de veridicção desses discursos e a sua lógica de funcionamento, explorando as condições que possibilitaram essas formações discursivas.⁸

O desafio é entender a organização destes textos e os seus regimes de verdade e, ao mesmo tempo, procurar empreender uma leitura “a contrapelo” para acessar a experiência dos intermediários africanos.⁹ Para desenvolver essa proposta, contamos com o quadro de referência fornecido pelos estudos que costumam ser agrupados na chamada “história vista a partir de baixo” ou simplesmente “história vista de baixo”. Este campo de pesquisas lida com temas que não dispõem de um *corpus* documental previamente delimitado. Conforme observa Hobsbawm, no caso da “história vista de

4 Peter Burke, *Visto y no visto: el uso de la imagen como documento histórico*, Barcelona, Crítica, 2005, p. 16.

5 Valentin-Yves Mudimbe, *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*, Luanda/Lisboa, Edições Mulemba/Edições Pedago, 2013, p. 28.

6 Ibid., p. 40.

7 Ibid., p. 67-74.

8 A proposta de Mudimbe se fundamenta em uma abordagem arqueológica a partir das propostas metodológicas de Michel Foucault. Ibid., p. 12. Para a apresentação do método arqueológico por Foucault, cf. Michel Foucault, *A arqueologia do saber*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.

9 A expressão “escovar a história a contrapelo” é formulação célebre de Walter Benjamin em sua tese VII, cf. Michel Löwy, *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*, São Paulo, Boitempo, 2005.

baixo” – e isso é válido para o que temos discutido aqui –, não há nenhum *corpus* pronto à disposição dos pesquisadores. Em suas palavras:

Muitas fontes para a história dos movimentos populares apenas foram reconhecidas como tais porque alguém fez uma pergunta e depois sondou desesperadamente em busca de alguma maneira – qualquer maneira – de respondê-la. Não podemos ser positivistas, acreditando que as perguntas e as respostas surgem naturalmente do estudo do material. Em geral, não existe material algum até que nossas perguntas os tenham revelado.¹⁰

De igual modo, um procedimento fundamental em se tratando dos intérpretes e demais intermediários consiste em coligar a documentação, o que torna inescapável a necessidade de manejar variados tipos de vestígios documentais para abordar a experiência dessas pessoas.

Como afirmou Gebara, em comentário sobre relatos de viagens de ingleses na África do Oeste, para obter informações a respeito dos intermediários africanos é necessário “(...) procurar nas entrelinhas dos textos, ou em menções originalmente com objetivos anedóticos e/ou contextuais.”¹¹ Essa presença lacunar na documentação, é sempre válido frisar, deriva da característica eurocêntrica desses textos, bem como pela noção de suposta superioridade europeia de seus produtores – e é sob essa ótica que os intermediários foram representados.

O caráter intersticial da atividade de intermediários permite um questionamento sobre a sua natureza em específico, que a diferencia da abordagem da “história vista a partir de baixo.” Um dos grandes pontos para sua definição consiste em compreender o que seria, efetivamente, o “de baixo” na expressão.¹² A resposta para esse questionamento é que, por óbvio, o “de baixo” é relacional e se define a partir de algo que está “acima” – e não perder isto de vista é importante para não dissociar a experiência passada “das condições mais amplas da estrutura social e do poder social”.¹³

A abordagem proposta pela “história vista a partir de baixo” e os desafios impostos pela documentação são pertinentes para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Por um lado, os estudos sobre os intermediários se aliam aos estudos “vistos de baixo” ao se opor a uma perspectiva centrada nas elites e nos grandes nomes, não levando em conta uma grande parte da humanidade. Contudo, não se trata de um trabalho que poderia ser classificado como “visto de baixo.” Essa diferença foi observada por historiadores como Austen, que alega que sua perspectiva é a de um estudo do colonialismo visto “a partir do meio”, que se diferenciaria, ao mesmo tempo, da história a partir “de

10 Eric Hobsbawm, “A história de baixo pra cima”, in: Eric Hobsbawm, *Sobre história*, São Paulo, Companhia das Letras, 2013, p. 220.

11 Alexander Gebara, “Agências e interações entre africanos e europeus nas expedições britânicas ao rio Níger (1825-1854): os casos de William ‘Abubakr’ Pasco e ‘Alihéli’”, *Topoi*, 20, 40 (2019), p. 209, <https://www.scielo.br/j/topoi/a/dxcgPyzSvW9G367rfz9npck/?format=pdf&lang=pt>, acesso em 11 abr. 2022.

12 Segundo Sharpe, em artigo de balanço dos trabalhos desenvolvidos pela chamada “história vista de baixo”, duas grandes dificuldades podem ser apontadas na tentativa de estudá-la: a primeira diz respeito à documentação, ou melhor, à sua escassez e ao tratamento metodológico próprio, que mencionamos anteriormente; a segunda é de caráter conceitual e gira em torno da definição do que seria o “de baixo.” Cf. Jim Sharpe, “A história vista de baixo”, in: Peter Burke (Org.), *A escrita da história: novas perspectivas*, São Paulo, Unesp, 1992, p. 43.

13 *Ibid.*, p. 56.

cima”, que ele teria feito em seus trabalhos anteriores, e da história “a partir de baixo”.¹⁴

Não implica dizer que se deve pensar em uma gradação entre os “de baixo” e os “de cima” – tal interpretação seria um empobrecimento das pesquisas que propõem uma abordagem “a partir de baixo.” Pensar a “história vista a partir de baixo” significa abordar como grupos ou pessoas em situação de dominação lidaram com o poder imposto pelos que estão acima e, ao mesmo tempo, buscaram construir as suas vidas em seus próprios termos. Como já salientado, estar “em baixo” ou “em cima” é uma questão relacional antes de qualquer coisa. Quando autores como Austen propõem uma “história vista a partir do meio”, seria enganoso pensar em uma pirâmide social com gradações na qual os grupos que se encontram “no meio” seriam o alvo de pesquisas desse tipo. O “meio” diz respeito a pessoas ou grupos que se encontram entre dois tipos de ordenamentos sociais distintos, mas em contato. Este espaço intermédio seria ocupado pelas pessoas que, no contexto de dominação colonial, situavam-se numa posição ambivalente entre o poder colonial, de um lado, e a organização social local, de outro.

As investigações sobre os intermediários ou mediadores durante o período colonial contribuí enormemente para as reflexões sobre ele e para uma abordagem que transcenda o paradigma dicotômico, em que o colonialismo apenas poderia ser apreendido se reduzido a oposições como “dominadores”/“resistentes”, “ocidental”/“não-ocidental”, “moderno”/“tradicional”.

Desde a emergência da história da África como campo de estudo, as resistências africanas à dominação europeia constituem um de seus principais temas. Em um primeiro momento, era necessário se contrapor à chamada história imperial e aos seus postulados, afirmando-se a pertinência das resistências e dos arranjos com os europeus, propondo interpretações, classificações e identificando os seus condicionantes. Com recorrência, dirigentes de estruturas políticas eram os personagens diletos.

Reconhecida a pertinência dessa discussão, cabe notar que a partir da década de 1990 observou-se uma reconfiguração no debate, na qual passaram a ser questionadas as abordagens dicotômicas destacando-se as suas limitações. Foi apontado então que ela não contribuía para que se aprofundasse a compreensão da complexidade social envolvida na expansão e dominação imperialistas, bem como das ações das populações africanas frente a elas. Neste sentido, menciono como representativas as críticas de Cooper ao “binário colonial”: era insuficiente pensar de modo limitado no “(...) africano sem ambiguidade e resistente ao imperialismo”.¹⁵

Na abordagem centrada na bipolaridade resistente/dominador, fica a questão: como chamar, então, aqueles que não opuseram resistência ao poder colonial? Resistência essa que, por vezes, é entendida apenas como luta armada ou ações de dirigentes. A resposta que amiúde se encontra na literatura é a noção de “colaboração”. Seguindo o que já foi apontado por outros historiadores,

14 Ralph A. Austen, “Colonialism from the Middle: African Clerks as Historical Actors and Discursive Subjects”. *History in Africa*, 38 (2011), p. 22, www.jstor.org/stable/41474542, Acesso em: 02 jul. 2020.

15 Frederick Cooper, “Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África”, *Anos 90*, 15, 27 (2008), p. 23, <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6739>, acesso em 11 abr. 2022.

como Adu Boahen e M’Bokolo,¹⁶ recusamos essa noção, pois ela carrega consigo uma valoração negativa, na qual se associa, com recorrência, os “resistentes” ao heroísmo e os “colaboradores” como parcialmente responsáveis pela “culpa” da dominação imperial. Recorrer a essa noção obstrui a compreensão do que foi a experiência dessas pessoas.

É necessário colocar ênfase na contingência da história. A despeito de sabermos que, na primeira metade do século XX, o continente africano foi submetido em sua quase totalidade ao domínio colonial, compreender a contingência e a imprevisibilidade implica pensar no processo de expansão deste domínio como um fenômeno que não se desenrolou de forma retilínea e contínua. Assim como não era um processo que evidentemente ocorreria e considerado de antemão. O controle europeu do continente era colocado em dúvida pelos próprios atores europeus da expansão ao longo do processo. Os africanos que viveram esse momento, de forma semelhante, lidaram com um tempo marcado pela imprevisibilidade e por profunda transformação social.¹⁷

Não demanda muita demonstração o fato de que a experiência não foi a mesma para todas as pessoas nativas do continente africano. Alguns territórios encontravam-se dominados desde muito antes de 1880, ao passo que outros não foram submetidos senão nas primeiras décadas do século XX. E, em um mesmo território, posições sociais distintas proporcionavam maneiras diferentes de lidar com as transformações sociais e políticas advindas da invasão e da ocupação coloniais.

2. Intermediários africanos e poder colonial francês no Sudão ocidental: resultados parciais da pesquisa

Inicialmente, pretendíamos abordar o período compreendido entre 1863 e 1898. Com o andamento da pesquisa e o acesso à documentação, o pacote mudou de rumo: optamos por priorizar os eventos das décadas de 1850 e 1860. Isso se deve à adequação ao escopo de mestrado, assim como ao fito de compreender as relações estabelecidas pelos atores da intermediação transacional com particular atenção ao seu contexto social africano – na medida das possibilidades dos vestígios. Essa alteração decorre da preocupação em realizar uma abordagem que tratasse dos intermediários não apenas em função do poder colonial francês, mas sim em sua posição intersticial entre dois mundos sociais: o ordenamento colonial em formação, de um lado, e as sociedades de origem no Sudão ocidental, de outro. O período entre as décadas de 1870 e 1890 não são perdidos de vista, contudo. Levamos os processos que se desenrolam neste período em conta para pensar os eventos das duas décadas anteriores.

Neste item apresentaremos alguns resultados parciais de nossa investigação e os enfoques

16 Albert Adu Boahen, “A África diante do desafio colonial”, in: Albert Adu Boahen (Ed.), *História geral da África, VII: A África sob dominação colonial, 1880-1935*, 2ª ed. rev., Brasília, UNESCO, 2010, p. 12.

17 A nossa proposta se aproxima das considerações feitas por Lefebvre e Oualdi a respeito de “recolocar o colonial em seu lugar”, isto é, entender que o momento colonial não fez desaparecer instantaneamente “os mundos e as historicidades” que tentou dominar. Ao contrário, os “atores das colonizações” tinham de lidar com elas, adaptando e transformando as suas práticas em função delas. Cf. Camille Lefebvre et M’hamed Oualdi, “Remettre le colonial à sa place : Histoires enchevêtrées des débuts de la colonisation en Afrique de l’Ouest et au Maghreb”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 72, 4 (2017), p. 937-943, <https://www.cairn.info/revue-Annales-2017-4-page-937.htm>, acesso em 10 abr. 2022.

escolhidos. Abordaremos a população de Saint-Louis e os papéis dos intermediários no vale do rio Senegal com atenção para as conexões com os acontecimentos do interior do continente, no território mais propriamente denominado como Sudão ocidental. Em seguida, tratamos da expedição francesa enviada a Segu – localizada nas margens do rio Níger e então sede dos domínios omarianos –, entre 1863 e 1866. A partir dos registros elaborados pelo chefe da expedição, Eugène Mage, é possível perscrutar com maior atenção as relações dos homens africanos que atuaram como intermediários a seu serviço. Por fim, discutiremos a tentativa de formação de intermediários pela administração com a discussão da Escola dos Reféns, instituição fundada em 1856 em Saint-Louis do Senegal, buscando pensar a experiência de seus alunos e egressos.

2.1. Saint-Louis e seus habitantes: comunidade muçulmana, jihad omariano e poder colonial francês

Na década de 1850, o poder colonial francês no vale do rio Senegal se constituía por uma cadeia de entrepostos comerciais e algumas fortificações com centro em Saint-Louis, situada numa ilha próxima à foz. As estruturas políticas locais regravam suas relações por meio da linguagem política do islã e a administração precisou adaptar-se para lidar neste registro. Nesse momento, houve uma alteração na postura colonial, com a ruptura de uma relação comercial com as autoridades do baixo e médio vale do rio e a tentativa de intensificação do controle direto do comércio da goma, principal produto do comércio local. Em conjunto, ocorreu uma nova vaga de revoluções jihadistas com o movimento liderado por *el-hajj* Omar Tal. O movimento omariano questionava as autoridades constituídas, propunha uma reforma do poder islâmico, bem como o enfrentamento das autoridades tidas como pagãs, com o intuito de ampliar a *dār al-islam* (a “morada do islã”).¹⁸

A administração colonial adotou medidas para conter os avanços omarianos e se inscrever na linguagem política do islã: foi o processo que Robinson chamou de “França como uma potência muçulmana”.¹⁹ Para tanto, o governo adotou medidas favoráveis à sua crescente população muçulmana, buscando apresentar-se como tolerante ao islã e se contrapondo ao movimento contestatório omariano. Adotaram medidas como a construção de uma mesquita em Saint-Louis e o estabelecimento de um tribunal islâmico para reger disputas de propriedade e matrimônio entre a comunidade muçulmana sanluisiana.

Peça chave para essa movimentação da administração foi o intérprete Bou el-Moghdad. Filho de um tratante do rio, era uma figura proeminente na comunidade muçulmana sanluisiana. Havia atuado como intérprete por mais de vinte anos e era uma liderança local. Nesta década, assumiu o posto de intérprete principal do governador, quando da criação do corpo de intérpretes por Louis Faidherbe,

18 Para mais informações sobre o jihad de Omar Tal, veja o livro de Robinson sobre o tema: David Robinson, *The Holy War of Umar Tal: The Western Sudan in the Mid-nineteenth Century*, Oxford, Clarendon Press, 1985.

19 Robinson defende que a política da França como “uma potência muçulmana” [*France as a Muslim Power*] teve sua maior expressividade em três momentos: na Argélia francesa, durante o governo de Faidherbe no Senegal, nas décadas de 1850 e 1860, e na invasão e domínio da atual Mauritânia. Sua proposta interpretativa é desenvolvida no capítulo 4 de seu livro, cf. David Robinson, *Paths of Accommodation: Muslim Societies and French Colonial Authorities in Senegal and Mauritania, 1880–1920*, Athens, Ohio University Press, 2000, p. 75-96.

que instituiu um grupo de homens empregados em tempo integral, organizados em diferentes graus e alocados nos variados órgãos da administração colonial.

Segundo aponta Robinson, foi por meio desta atuação que figuras da comunidade muçulmana lograram garantir esferas de autonomia sob o jugo colonial na cidade de Saint-Louis. Demonstrativa dessas medidas foi a demanda apresentada por Bou el-Moghdad em 1860 à administração, na qual solicitava financiamento para a sua peregrinação à Meca e argumentava que esta ação demonstraria a boa vontade francesa em relação à comunidade muçulmana ao mesmo tempo em que constituiria uma importante arma simbólica contra Omar Tal: com isso, a administração também teria o seu “*el-hajj*”.²⁰ A solicitação teve boa acolhida e foi aprovada. A peregrinação ocorreu entre março e agosto de 1861, e quando voltou de Meca, Bou el-Moghdad envergava sua posição de peregrino, título raro no contexto oeste-africano do período.

2.2. Os intermediários africanos na expedição francesa a Segu (1863-1866)

A expedição a Segu ocorreu entre 1863 e 1866 e foi enviada à então sede do poder omariano no Sudão ocidental. A comitiva de viajantes era constituída por dois franceses, dos quais um era o líder, um tenente da Marinha, e o outro um médico, e por dez trabalhadores africanos. A missão tinha como objetivo principal consolidar a paz entre as duas entidades políticas – a estrutura política omariana e a França – por meio da assinatura de um tratado. Pretendia-se obter do dirigente omariano permissão para estabelecer postos comerciais em seu território, bem como a livre circulação de mercadorias. Além desses objetivos centrais, buscava-se realizar estudos sobre a navegabilidade do Senegal acima de Médine e do rio Níger, a coleta de informações sobre as localidades visitadas e os seus habitantes, assim como a avaliação do poderio omariano.

A expedição costuma ser referida pelo nome do viajante que a liderou e, quando muito, a existência dos integrantes nativos é apenas mencionada. É a experiência destes homens que nos interessa aqui e apenas podemos identificá-la por meio de uma leitura a contrapelo dos relatos produzidos pelo oficial francês que liderou a missão. Para os fins deste texto, discutiremos alguns pontos sobre a representação destes trabalhadores e as maneiras de compreendê-los a partir dos escritos do viajante francês.

Esses trabalhadores foram arrematados dentre os tripulantes das embarcações da flotilha colonial e os soldados dos exércitos franceses no Senegal. O termo corrente na época para designar esses homens negros africanos era “*laptot*”. Esse termo do jargão local designava os marinheiros ou criados que eram empregados nos navios, mas também podia ter um sentido mais amplo, sendo usado para se referir aos negros empregados por de modo voluntário ou mediante remuneração nas tropas, nos fortes ou a bordo dos navios.²¹ Em suma, os *laptots* eram negros empregados a serviço

20 Uma versão da carta enviada por Bou el-Moghdad foi publicada em conjunto com um relato sobre a viagem entre o Senegal e o Marrocos. É provável que a versão publicada tenha sofrido edições. Cf. Bou-El-Moghdad, “Voyage par terre entre le Sénégal et le Maroc”, *Revue maritime et coloniale*, 1, 5 (1861), p. 477-494.

21 Essas definições encontram-se no verbete “*laptot*” do dicionário de língua francesa *Le Littré*, publicado no século XIX, cf. Émile Littré, *Dictionnaire de la Langue Française*, t. 3, Paris, Hachette, 1874, p. 254.

dos franceses e o sentido mais frequente na documentação consultada das décadas de 1850 e 1860 é em relação às atividades navais.

Dois aspectos são igualmente constitutivos das atividades desses homens na dinâmica de relações do rio Senegal deste período: a guerra e a intermediação. Quanto ao primeiro, os *laptots* eram soldados ao mesmo tempo em que eram tripulantes. A guarnição europeia era diminuta e os *laptots* constituíam uma força militar de grande importância para a administração colonial, sobretudo antes da criação do corpo de *tirailleurs sénégalais*, em 1857.²²

Quanto ao aspecto da intermediação, ele é indissociável da própria palavra *laptot*: uma hipótese para a sua origem é a de que seria uma variação da palavra em língua uolofe para designar “intérprete”, “*lapeto*”.²³ Além disso, a palavra *laptot* apresenta uma estrutura sonora semelhante à da palavra em língua francesa para marujo, “*matelot*”. Se aceitarmos essa hipótese como verdadeira, a palavra transmite, a um só tempo, sentidos referentes à marujaria e à intermediação transacional.²⁴ Esse termo remete, então, ao papel informal e circunstancial que foi desempenhado por esses tripulantes nas circulações na costa da Senegâmbia e nos pontos comerciais ao longo dos rios, sobretudo do rio Senegal.²⁵

O termo *laptot* era utilizado oficialmente pela administração colonial. Por meio do decreto local de 14 de maio de 1858, emitido pelo governador do Senegal – na altura, Louis Faidherbe – e que regravava a promoção e a composição das equipagens negras, pode-se tomar conhecimento de sua organização e hierarquia, bem como sua remuneração.²⁶ As tripulações negras se dividiam em quatro graduações distintas. Em ordem crescente de importância, os graus eram *mousse*, *laptot*, *gourmet* e *capitaine de rivière*. Dessas, todas eram divididas internamente em duas classes distintas, com exceção do grau de *mousse*.²⁷

22 Roger Pasquier, *Le Sénégal au milieu du XIX^e siècle : La crise économique et sociale*, Thèse (Doctorat ès Lettres), Université Paris Sorbonne, Paris, 1987, t. 1, p. 406.

23 Para a palavra francesa “*interprète*”, Dard oferece, em seu dicionário, duas traduções em uolofe: “*Alkaty*” e “*Lapeto*”, cf. Jean Dard, *Dictionnaire français-wolof et français-bambara, suivi du dictionnaire wolof-français*, Paris, Imprimerie Royale, 1825, p. 77. Na seção uolofe-francês, a palavra “*Lapeto*” é apresentada como “Interpretar, traduzir, explicar, servir de intérprete” (no original: “*Interpréter, traduire, expliquer, servir d’interprète*”), cf. *Ibid.*, p. 212. Já o item “*alkaty*” é apresentado como equivalente de “chefe de aldeia” (no original: “*chef de village*”) além da primeira aceção “*interprète*”, *Ibid.*, p. 147.

24 Acreditamos que o seguinte dado corrobora essa hipótese: em recente dicionário bilíngue francês-uolofe, seu autor apresenta, no mesmo verbete, as seguintes acepções para o termo “*laptot*”: “1. Intérprete. (...) 2. Matelot des colonies françaises d’Afrique occidentale” (em português, “1. Intérprete. (...) 2. Marujo das colônias francesas da África ocidental.”). Jean-Léopold Diouf, *Dictionnaire wolof-français et français-wolof*, Paris, Karthala, 2003, p. 196.

25 A hipótese etimológica do termo “*laptot*” aqui apresentada foi encampada anteriormente por outros(as) estudiosos(as), dos(as) quais menciono as seguintes: Sarah Davis Westwood, *Military Culture in Senegambia and the Origins of the Tirailleurs Sénégalais army, 1750-1970*, Ph. D. Dissertation (History), Boston University, Boston, 2018, p. 98; Juliana Barreto Farias, “Não há cativo que não queira ser livre!': significados da escravidão e da liberdade entre marinheiros do Senegal, século XIX”, *Varia Historia*, 36, 71 (2020), p. 412.

26 SÉNÉGAL, “Arrêté relatif à l’avancement et à la composition des équipages noirs”, *Moniteur du Sénégal et dépendances : journal officiel*, Saint-Louis, année 3, n. 114, 1^{er} juin 1858, p. 4.

27 Os termos “*laptot*” e “*gourmet*” são próprios do contexto de presença francesa na costa atlântica da Senegâmbia desde o século XVIII. Ao longo do tempo, essas palavras tiveram sentidos diferentes nessa região e suas origens não são totalmente claras – a palavra “*gourmet*” seria uma variação do vocábulo português “*grumete*”. Para uma discussão sobre os usos dessas palavras e sobre as suas possíveis origens, cf. Jean-Claude Nardin, “Recherches sur les « gourmets » d’Afrique occidentale”, *Revue française d’histoire d’outre-mer*, 53, 192-193 (1966), p. 215-244. A palavra “*mousse*”, na língua francesa, designa um jovem aprendiz do ofício de marinheiro. Em português, a palavra “*grumete*” possui esse

Os homens que participaram da expedição a Segu foram contratados na condição de *laptot*. Isso significa que foram remunerados de acordo com esse grau e conforme estipulado pelo decreto local que mencionamos: um *laptot* de segunda classe recebia a diária de 75 centavos de franco, ao passo que os de primeira classe recebiam 1 franco.

O oficial francês que chefiou a expedição era Eugène Abdon Mage, tenente de navio²⁸ e experiente nas atividades da flotilha do rio Senegal. Foi por meio de suas palavras que os acontecimentos da viagem foram registrados: escreveu cartas ao governador da colônia do Senegal durante a viagem e publicou um relato posteriormente, na França, em 1868. As cartas encontram-se sob guarda dos *Archives du Sénégal* e as acessamos apenas, em parte, por meio das passagens selecionadas e publicadas pelo historiador Yves Saint-Martin.²⁹ O relato de Mage, publicado em formato de livro e intitulado *Voyage dans le Soudan occidental* [Viagem ao Sudão ocidental], foi escrito em primeira pessoa e apresenta os acontecimentos na perspectiva participante do oficial-autor.³⁰

A narrativa de Mage se organiza a partir do seu depoimento como personagem, o que dialoga com as características paradigmáticas da literatura de viagem neste período. Essa escolha narrativa constitui o espaço oeste-africano como um ambiente hostil que precisa ser enfrentado pelo narrador, que se enxerga sozinho frente a essas adversidades, não obstante os demais integrantes da comitiva. Por vezes, mesmo estes eram representados como parte do mundo hostil frente ao qual o bravo expedicionário deveria se manter vigilante: isso se tornou evidente, por exemplo, quando Mage escreveu ter se sentido receoso com o descontentamento de seus homens num momento do trajeto de ida. Nessa ocasião, Mage registrou que tanto ele quanto seu colega de viagem francês, o médico Louis Quintin, dormiam com a mão sobre o revólver.³¹

Conforme já mencionado anteriormente, no caso dos escritos de Mage, os intermediários africanos figuram apenas de modo lacunar e esporádico, sem apresentação sistemática constante e em passagens anedóticas ou contextuais. De igual modo, são representados a partir de uma perspectiva racista, ligado à visão de mundo racializada e marcada pelo evolucionismo social do período. O relato de Mage apresenta padrões muito semelhantes aos instaurados pela publicação dos livros de Mungo Park, que realizou expedições ao rio Níger em fins do século XVIII. Segundo interpretação de Pratt, a narrativa de Park instaurou o paradigma de “relato sentimental”, marcado por “uma série de dificuldades, desafios e encontros com o imprevisível” e pelo recurso da reprodução de diálogos e interações com as pessoas encontradas pelo caminho.³²

Apesar disso, o relato de Mage destoa de seus congêneres por apresentar mais informações a respeito dos homens nativos que integravam sua missão. As informações continuam imprecisas e

sentido. Contudo, para evitar confusão com o grau de “gourmet”, optamos por manter as graduações na língua original.

28 A patente de Mage neste momento é “*lieutenant de vaisseau*”, traduzido aqui de forma literal como “tenente de navio”. A patente de *lieutenant de vaisseau* ainda existe atualmente na Marinha francesa e seria equivalente, para a arma correspondente no Brasil, a capitão-tenente. O tenente de navio é tratado por capitão.

29 Yves Saint-Martin, “Je vous écris de Ségou : Lettres d’Eugène-Abdon Mage”, *Revue française d’histoire d’outre-mer*, 79, 294 (1992), p. 5-51.

30 Eugène Abdon Mage, *Voyage dans le Soudan occidental (Sénégal-Niger)*, Paris, Hachette, 1868.

31 Mage, *Voyage dans le Soudan occidental*, p. 54.

32 Mary Louise Pratt, *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, Bauru, EDUSC, 1999, p. 137-143.

anedóticas, mas, em contraste com outros relatos analisados, a narrativa de Mage nomeia e descreve cada um dos integrantes da comitiva. Os dados fornecidos passam pelo crivo daquilo que o autor considerou pertinente de registrar de acordo com objetivos específicos, tendo em vista um público leitor alvo – a saber, um leitor masculino, branco e europeu. Possivelmente, essa característica excepcional se deve à duração da viagem, maior do que era usual para expedições deste tipo no período, e ao reduzido número de participantes, próprio das expedições realizadas neste momento, sobretudo durante o governo de Faidherbe. No início de seu *Voyage*, o oficial francês descreveu os trabalhadores negros que integravam a sua missão, como parte de outros descritivos introdutórios: a motivação da viagem, a partida da França, os preparativos com pessoal e material, os recursos financeiros e suas destinações.³³

Em seu relato, Mage se preocupou em registrar quais eram as línguas dominadas pelos participantes de sua comitiva. Esse foi um dos critérios de seleção e nenhum dos homens ocupava a posição de intérprete oficialmente. Todos se encontravam na mesma posição e exercendo as mesmas funções como *laptots*. A preocupação de Mage era de contar com homens que conhecessem as principais línguas faladas no interior, nas regiões distantes das zonas frequentadas pelos franceses. A presença de homens que pertenciam a regiões próximas do alto Senegal e do alto Níger possuía um potencial de utilidade que foi mobilizado quando necessário: Samba Yoro era natural do alto Senegal, assim como Yssa e a dupla Sidy e Bara Samba, *laptots* que foram incorporados em Médine, entreposto francês mais avançado no curso do Senegal.

Infelizmente não é possível discutir o caso de cada um dos homens no espaço deste texto, por isso, comentarei sobre dois deles, que desempenharam importante papel como intermediários transacionais: Samba Yoro e Boubakary Gnian. O primeiro foi intérprete principal de Mage na expedição, era um capitão de rio [*capitaine de rivière*] de primeira classe, que havia passado três anos na França e “falava perfeitamente o francês”.³⁴ Ele foi apresentado na narrativa como um “*poul*” do Bundu, isto é, um fula. Assim sendo, falava o fulfulde, língua usada pelos dirigentes omarianos que seriam visitados em Segu. Apesar de não ter sido mencionado no livro, Mage escreveu em sua *Nota sobre o pessoal da missão* que Samba Yoro falava o uolofe.³⁵

Sobre o segundo, Boubakary Gnian, quando foi recrutado desempenhava a função de quartel-mestre indígena em uma das embarcações da flotilha, na qual também era patrão da baleeira do comandante.³⁶ Contudo, apesar da imprecisão do relato de Mage, a leitura de suas *Notas* demonstram que essa posição era ocupada informalmente por Boubakary Gnian: seu posto era de *laptot* de primeira classe.³⁷ As competências linguísticas deste *laptot* também foram assinaladas pelo viajante francês: ele era um tukolor originário do Futa Toro e, por isso, falava o fulfulde (“*poul*”), além de saber o

33 Mage, *Voyage dans le Soudan occidental*, p. 18-23.

34 Ibid., p. 22.

35 Eugène Abdon Mage. Note sur le personnel de la mission. A.R.S. 1 G 32, pièce 31 apud Saint-Martin, “Je vous écris de Ségou”, p. 47.

36 Mage, *Voyage dans le Soudan occidental*, p. 22.

37 Nas notas, Mage elogiou a conduta de Boubakary Gnian e solicitou a sua promoção. Comentou que ele já exercia a função de quartel-mestre indígena antes e pedia que ele fosse alocado no primeiro posto disponível nas embarcações da flotilha no grau referido. Eugène Abdon Mage, Note sur le personnel de la mission, A.R.S. 1 G 32, pièce 31 apud Saint-Martin, “Je vous écris de Ségou”, p. 48.

soninquê, duas línguas que ele conheceria desde a infância.³⁸ Apesar de não ser mencionado no relato publicado, na *Nota sobre o pessoal da missão* temos a informação de que Boubakary Gnian também dominava o uolofe.³⁹

Na contraposição de Boubakary Gnian a Samba Yoro se manifesta de modo aberto as implicações das concepções de raça na visão de Mage sobre os homens a seu serviço. As características descritas não são unicamente traços individuais de personalidade, mas são vistas como manifestações de características do grupo – no caso, os tukulores, etnônimo empregado para classificar Boubakary Gnian e entendido pelo francês como uma raça. Apesar de Samba Yoro ter sido o principal intérprete de Mage durante a viagem, o militar fez uma ressalva a seu respeito: quando as discussões se tornavam mais calorosas, ele considerava necessário recorrer a Boubakary Gnian. Encontramos essa comparação no momento em que Samba Yoro foi apresentado no relato, quando Mage disse o seguinte a seu respeito:

Esse foi, de resto, meu principal intérprete durante a viagem, e enquanto as minhas discussões com os chefes não eram muito intensas, ele se saía muito bem; mas quando, a despeito de mim ou de certos preconceitos, elas se tornavam um pouco vivas, eu era obrigado a recorrer a Boubakary Gnian, que, com a sua ousadia de tukulor, não temia falar alto e forte onde Samba Yoro se deixava intimidar.⁴⁰

Em um dos momentos nos quais Boubakary Gnian foi convocado a servir de intérprete em lugar de Samba Yoro, essas características foram novamente atribuídas, e ele foi descrito por Mage como sendo um “tukulor em toda a força do termo”: “Boubakary Gnian sobretudo, tukulor em toda a força do termo, isto é, insolente, falando alto, com a língua solta e acreditando ser igual a qualquer outro.”⁴¹

A viagem ocorreu entre outubro de 1863 e teve seu fim apenas vinte e seis meses depois, com o retorno da comitiva a Saint-Louis, em 18 de junho de 1866. Inicialmente, a previsão era de uma curta duração. Contudo, o território omariano encontrava-se em forte instabilidade. Os recém dominados bambaras das regiões do Beledugu e do Manding haviam se rebelado contra os invasores omarianos. Em conjunto, o Império fula do Macina, também uma estrutura política de origens jihadistas, encontrava-se em guerra contra os omarianos. O dirigente do movimento e da estrutura política, *el-hajj* Omar Tal encontrava-se pessoalmente travando as batalhas nas falésias de Bandiagara.

Quando chegaram em Segu ao final de fevereiro de 1864, após um longo e tortuoso trajeto ameaçado pelas guerras que ocorriam no território, os viajantes não encontraram *el-hajj* Omar, mas sim o seu filho, Ahmadou Tal, na condição de dirigente. As negociações com Ahmadou foram difíceis,

38 Mage, *Voyage dans le Soudan occidental*, p. 22.

39 Eugène Abdon Mage, Note sur le personnel de la mission, A.R.S. 1 G 32, pièce 31 apud Saint-Martin, “Je vous écris de Ségou”, p. 48.

40 No original: “Ce fut, de reste, mon principal interprète pendant le voyage, et tant que mes discussions avec les chefs n’étaient pas trop fortes, il s’en tirait très-bien ; mais quand, soit malgré moi, soit de parti pris, elles devenaient un peu vives, j’étais obligé de recourir à Boubakary Gnian, qui, avec son aplomb de Toucouleur, ne craignait pas de parler haut et fort là où Samba Yoro se laissait intimider.” Mage, *Voyage dans le Soudan occidental*, p. 22-23.

41 No original: “Boubakary Gnian surtout, Toucouleur dans toute la force du terme, c’est-à-dire effronté, ayant le verbe haut, la langue bien pendue, et se croyant l’égal de tout autre”. Mage, *Voyage dans le Soudan occidental*, p. 132.

pois a preocupação central eram os conflitos armados que aconteciam nos domínios omarianos, tanto contra os bambaras quanto contra o Macina. Nesse cenário, as tratativas com os franceses ficavam em segundo plano. Ademais, Ahmadou se encontrava em uma posição precária: exercia o poder de modo provisório em nome de seu pai e não podia selar acordos como pretendiam os franceses. A viagem, que deveria durar apenas alguns meses, durou até 1866. Ao longo desse período, muitas negociações foram entabuladas, até que, finalmente, Ahmadou concordou em negociar o tratado com os franceses. Recusou, contudo, a proposta de protetorado por parte dos franceses e selou um acordo de paz.

Nos escritos de Mage, podemos encontrar vestígios que apontam para o papel central de diversos intermediários. Além dos homens da comitiva, dos quais destacamos alguns dos *laptots*, foram essenciais os intermediários ocasionais ao longo da estrada no caminho de ida, na figura de guias e intérpretes. Em nosso trabalho, pretendemos abordar também esses mediadores. Além disso, havia intermediários que atuavam ao lado dos omarianos, mobilizando conhecimentos sobre os franceses e jogando com os vácuos entre os conhecimentos pretendidos e os desconhecimentos de parte a parte.

2.3. A Escola dos Reféns e a formação de intermediários

A Escola dos Reféns [*École des Otages*] surgiu como instituição em 1856, quando a administração colonial assumiu diretamente a educação de jovens originários das zonas autônomas que viviam sob a guarda do governo colonial em Saint-Louis, no Senegal. Antes disso, esses jovens – chamados de reféns – eram educados na escola católica dos irmãos de Ploërmel, o que ocorria desde 1847. O nome adotado a partir de 1863, após mudança por iniciativa da administração, foi claro em explicitar seus objetivos: Escola dos Filhos de chefes e Intérpretes [*École des fils des chefs et des interprètes*]. Essa instituição de ensino é central para entender a formação de intermediários transacionais por parte da administração e nos permite também refletir a respeito da vida dessas pessoas. Em nossa abordagem sobre esse tema na pesquisa, objetivamos discutir o ensino da língua francesa e as escolas existentes na colônia do Senegal; a criação da Escola dos Reféns, o seu funcionamento e a vida dos seus alunos, assim como tecer considerações sobre o papel que ela e seus egressos tiveram na intermediação com as populações dos interiores do Sudão ocidental em particular. Discutiremos uma pequena parte deste tema no presente texto.

Alguns estudiosos, como os historiadores Pasquier e M'bayo, argumentam que o significado de “*otage*” – palavra francesa que traduzimos neste texto como “refém” – não teria a mesma carga e sentidos que a palavra tem atualmente. Pasquier aponta como origem etimológica da palavra “*otage*” a palavra “*hôte*”, “que significa permanecer” e associa-se à ideia de hospitalidade.⁴² Assim, segue o historiador, as pessoas acolhidas como “*otages*” seriam apenas pessoas acolhidas “em sua casa como garantia moral da execução de uma convenção”.⁴³ No mesmo sentido, M'bayo argumenta que o termo

42 “Hôte” pode significar tanto anfitrião quanto aquele que recebe a hospitalidade, o hóspede.

43 Segundo Pasquier, seria nessa acepção que a palavra foi empregada pelos dirigentes da Companhia das Índias e sua relação com os dirigentes de Galam, no alto Senegal, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX. Cf. nota 117 em Pasquier, *Le Sénégal au milieu du XIX^e siècle*, t. 4, p. 1694.

“*otage*”, de origem comum ao termo inglês “*hostage*”, fazia referência à prática de envio de crianças de elite do interior para serem hospedadas em Saint-Louis e educadas pelos franceses. Completa M’bayo que isso consistiria em uma demonstração de boa vontade por parte dessas elites locais e que poderia atender a benefícios mútuos.⁴⁴ O sociolinguista Mopoho, por seu turno, apresenta perspectiva distinta e afirma que o sentido de “*otage*” não seria tão diferente daquele que se atribui hoje em dia: “(...) os chefes e os notáveis indígenas ‘davam’ os seus filhos às autoridades como garantia da sua fidelidade aos novos senhores do país”.⁴⁵

De qualquer modo, a ação dos franceses nesse tipo de relação podia não ser unicamente passiva. Representativo disso é o episódio no qual o comandante de Bakel exigiu reféns a um dirigente do alto Senegal. Em uma notícia informativa constante na parte não oficial da edição de 22 de junho de 1858 do *Moniteur du Sénégal*, o comandante de Bakel, G. Cornu, relatou o recebimento de duas cartas de Tierno-Guiby. O confronto armado com as forças de *el-hajj* Omar se desenrolava na região, com aliados e inimigos em constante mudança de lado. O chefe Tierno-Guiby, em suas cartas, solicitava negociações de paz com os franceses. O comandante Cornu, conforme o próprio relato, pediu ao chefe que fosse até o forte de Bakel para que negociassem a paz pessoalmente e, para tanto, lhe assegurou a sua inviolabilidade. Além disso, solicitou que o chefe lhe enviasse “um refém para garantir as cláusulas” do acordo que eles decidiriam em conjunto. Contudo, o comandante concluiu seu informe a respeito deste ponto afirmando que Tierno-Guiby não lhe enviou resposta e se retirou para Koniakary.⁴⁶

De fato, como observa Bouche, a troca de reféns era uma prática política existente entre estruturas políticas que firmavam acordos e os franceses passaram a se inscrever nessa linguagem política com as autoridades ao longo do rio Senegal. Todavia, observa a historiadora, eles deram a essa prática uma característica unilateral, isto é, acolhiam reféns, mas, em contrapartida, não enviavam nenhum.⁴⁷

Em um momento inicial, a educação dos reféns foi assumida a título provisório, em 1856. O decreto local que organizou a Escola dos Reféns definitivamente foi publicado no periódico oficial da colônia em 1861 e era assinado pelo governador Faidherbe.⁴⁸ Nas suas considerações iniciais, ponderava-se que a organização provisória que havia operado até aquele momento se mostrara exitosa. Em primeiro lugar, ela continuava em atividade durante o período e, em segundo, afirmava-se “Que

44 Cf. nota n. 26 em Tamba M’bayo, *Muslim Interpreters in Colonial Senegal, 1850-1920: Mediations of Knowledge and Power in the Lower and Middle Senegal River Valley*, Lanham, Lexington Books, 2016, p. 109. Em observação convergente a M’bayo e Pasquier, Ndiaye entende que é necessário escrever “refém” [“otage”] entre aspas, porque, ao menos em teoria, seus pais haviam consentido com seu envio a Saint-Louis, cf. Bandiougou Ndiaye, *L’école française et l’expansion coloniale au Sénégal (1817-1903)*, Mémoire (Maîtrise en Histoire), Université de Dakar, Dakar, 1983, p. 46.

45 No original: “(...) les chefs et les notables indigènes ‘donnaient’ leurs fils aux autorités en gage de leur fidélité envers les nouveaux maîtres du pays”. Cf. nota 13 em Raymond Mopoho. “Statut de l’interprète dans l’administration coloniale en Afrique francophone”, *Meta : Journal des traducteurs*, 46, 3 (2001), p. 624.

46 G. Cornu, “Partie non officielle : nouvelles du fleuve”, *SÉNÉGAL, Moniteur du Sénégal et dépendances : journal officiel*, Saint-Louis, année 3, n. 117, 22 juin 1858, p. 3.

47 Denise Bouche, “L’école française et les Musulmans au Sénégal de 1850 à 1920”, *Revue française d’histoire d’outre-mer*, 61, 223 (1974), p. 223.

48 SÉNÉGAL. “Arrêté du 5 mars 1861”, *Feuille officielle du Sénégal et dépendances*, Saint-Louis, année 2, n. 65, 26 mars 1861, p. 151-152.

não há nenhuma dúvida sobre os bons resultados que devemos esperar (...)”.⁴⁹

No artigo primeiro do decreto local, a escola é diferenciada das demais, pois é uma escola especial, e tem o objetivo de formar filhos de chefias locais e, em conjunto, quadros para o funcionalismo local – nomeadamente, os intérpretes. A formulação do artigo é a seguinte:

Artigo 1º. Uma escola especial que terá o nome de escola dos reféns e cujo pessoal será determinado abaixo, é criada em Saint-Louis para educar e instruir os filhos ou parentes de chefes do país designados pelo Governador, e jovens que pareçam inteligentes o bastante para se tornarem intérpretes.⁵⁰

Nos artigos seguintes, a quantidade de alunos foi fixada em trinta (Art. 2) e a administração e supervisão da Escola foram atribuídas à Direção de Assuntos Indígenas (Art. 3). A quantidade de alunos, quando da abertura a título provisório em 1856, era uma quinzena e foi ampliado para trinta com o novo decreto local.⁵¹ O número limitado de alunos tinha o objetivo de tornar o aprendizado mais rápido e produzir resultados de modo mais eficiente. Os conteúdos abordados na Escola tinham uma finalidade prática: língua francesa (leitura, escrita e gramática), aritmética, geografia e árabe. Faidherbe chegou a considerar o envio, no futuro, de alguns alunos destacados da Escola para que aperfeiçoassem seus conhecimentos em Argel, mas essa ideia não foi concretizada.⁵²

Por mais que o objetivo de Faidherbe fosse, conforme escreveu em argumentação ao Ministro da Marinha, que os alunos da Escola dos Reféns “respeitassem” e “amassem” os franceses,⁵³ nas apreciações do médico François Ricard podemos encontrar o registro das tensões que haviam da parte dos reféns com a sua condição na sede do poder colonial francês. Após tecer loas aos benefícios produzidos pela instituição, o doutor Ricard mencionou o seguinte malefício dela decorrente:

Os jovens reféns saem da escola com alguma instrução, mas chegam em casa totalmente desenraizados: nem senegalês, nem francês. O que digo? Como se a sua natureza reagisse contra a nossa educação, eles podem se tornar hostis.

Aquele dentre eles que dava as mais belas esperanças não se escondia para dizer (ele tinha dezesseis anos e ainda estava na escola). — “Não me sentirei chefe no Valo [Waalo], a não ser quando não houver mais franceses.” Tornou-se chefe e teve de ser exilado.⁵⁴

49 No original: “Qu’il n’existe aucun doute sur les bons résultats qu’on doit en attendre (...)”. SÉNÉGAL. “Arrêté du 5 mars 1861”. Feuille officielle du Sénégal et dépendances, Saint-Louis, année 2, n. 65, 26 mars 1861, p. 151.

50 No original: “Article 1^{er}. Une école spéciale qui portera le titre d’école des otages, et dont le personnel sera déterminé ci-après, est créée à Saint-Louis pour y élever et y instruire des fils ou parents de chefs du pays désignés par le Gouverneur, et des jeunes gens qui paraîtront assez intelligents pour devenir interprètes.” SÉNÉGAL. “Arrêté du 5 mars 1861”. Feuille officielle du Sénégal et dépendances, Saint-Louis, année 2, n. 65, 26 mars 1861, p. 151.

51 M’bayo, Muslim Interpreters in Colonial Senegal, p. 86.

52 Ndiaye, L’école française et l’expansion coloniale au Sénégal, 1983, p. 47; M’bayo, Muslim Interpreters in Colonial Senegal, p. 87.

53 “É necessário lhes ensinar a nossa língua para a comodidade das nossas relações com os seus países. Temos de criá-los de forma que sejam bons em alguma coisa e, uma vez de volta à sua casa, que nos respeitem e nos amem...”. No original: “Il faut leur apprendre notre langue pour la commodité de nos relations avec leurs pays. Il faut les élever de manière qu’ils soient bons à quelque chose, une fois retournés chez eux, qu’ils nous respectent et qu’ils nous aiment...”. Gouverneur a Ministre N° 23, 18 Janv. 1856, ANSOM – Sénégal x5c et A.R.S 28 Correspondance au départ 1855-57 apud Ndiaye, L’école française et l’expansion coloniale au Sénégal, 1983, p. 19.

54 No original: “Les jeunes otages sortent de l’école avec une certaine instruction, mais ils arrivent chez eux tout

A observação de Ricard aponta para a posição ambivalente que os egressos da Escola dos Refêns ocupavam. Filhos de notáveis de suas terras, eles eram levados para a costa e educados à francesa, cresciam num lugar relativamente distante de sua terra de origem – o Waalo era próximo, por exemplo, mas o Khasso e o Bundu eram mais distantes. Esse período formativo fora de casa os deixava desenraizados (*dépaysés*) e a experiência os tornava, em certa medida, estranhos à própria terra. Por óbvio, também não se tornavam franceses, e o conhecimento que possuíam da língua francesa e dos hábitos culturais destes parecem ter sido sempre uma alteridade. Assim, eles ocupavam um lugar social que era formado pela incidência concomitante do “senegalês”, nos termos de Ricard, e do “francês”. À um só tempo, esse lugar era uma exterioridade a ambos: “nem senegalês, nem francês”. Parece-nos fazer sentido afirmar que esses jovens estavam aqui-e-lá ao mesmo tempo em que não estavam nem-aqui-nem-lá.

Considerações finais

Os caminhos aqui esboçados são indicativos dos percursos que estamos a percorrer neste momento em nossa pesquisa. A experiência das pessoas que viveram os períodos apenas é acessível por meio dos vestígios deixados em documentos que não tinham como objetivo principal dar conta de suas vidas, de modo que acessamos informações a este respeito por meio indireto e a partir de informações lacunares e incompletas. A partir desses vestígios, descontínuos por natureza, buscamos nos aproximar do que viveram essas pessoas, tentando transcender o enquadramento da representação do outro feita pelos europeus que produziram estes materiais. Com isso, operamos “no máximo das possibilidades oferecidas pela documentação”, conforme formulação de Wissenbach.⁵⁵

Isso nos lembra que a biblioteca colonial é também um lugar de contestação. Pensá-la unicamente como um conjunto de textos que representam de modo unidirecional e absoluto aqueles sobre os quais se refere, a África e os africanos, seria mais uma maneira de conferir a exclusividade de ação e iniciativa aos europeus e negá-las aos habitantes nativos do continente africano. Ou seja, reafirmar-se-ia o lugar comum dos pressupostos da epistemologia colonial que regeu o pensamento histórico. Por isso, adotamos a postura proposta por Desai: a biblioteca colonial, bem como o processo colonial, é entendida como fruto de um complexo processo de interações entre os diferentes atores que viveram os episódios que a produziu.⁵⁶ E uma leitura a contrapelo dos itens da biblioteca colonial não é possível senão mediante uma cuidadosa compreensão de seus sentidos e seus regimes de verdade, como nos lembra Stoler.⁵⁷

dépaysés, ni sénégalais, ni français. Que dis-je ? Comme si leur nature réagissait contre notre éducation, ils peuvent devenir hostiles. / Celui d'entr'eux qui donnait le plus belles espérances, ne se cachait pas pour dire (il avait seize ans, et il était encore à l'école). — « Je ne me sentirai chef dans le Valo, que lorsqu'il n'y aura plus de Français. » Devenu chef, il a fallu l'exiler.” François-Pierre Ricard, *Le Sénégal, étude intime*, Paris, Chalmel Ainé, 1865, p. 282.

55 Maria Cristina Cortez Wissenbach, *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*, São Paulo, Hucitec, 1998, p. 257.

56 Gaurav Desai, *Subject to Colonialism: African Self-Fashioning and the Colonial Library*, Durham, Duke University Press, 2001, p. 4-7.

57 Ann Laura Stoler, “Colonial Archives and the Arts of Governance: On the Content in the Form”, in: Carolyn Hamilton, Verne Harris, Jane Taylor, Michele Pickover, Graeme Reid, Razia Saleh, *Refiguring the Archive*, Dordrecht, Springer, 2002, 91-92

Neste artigo, buscamos apontar para os resultados parciais que alcançamos. Os intermediários, como observado, possuíam origens sociais diversas e ocupavam uma posição ambivalente por natureza, inscrevendo-se simultaneamente em um duplo registro: o ordenamento social de origem no mundo local, de um lado, e o ordenamento introduzido pela irrupção colonial. Nossa escolha foi focar as sociedades que viviam sob controle francês ou em relação com ele nas décadas de 1850 e 1860. Por isso, pretendemos aprofundar nossa análise da sociedade sanluisiana e os intermediadores, com particular atenção para as interações com a estrutura política omariana; a expedição francesa a Segue os seus trabalhadores nativos, os *laptots*, e a Escola dos Reféns e seus alunos, bem como a trajetória de alguns egressos, como Yoro Diao e Sidia Diop.

Essas pessoas não formavam um grupo homogêneo e tinham posições e experiências distintas. Assim, procuramos dar conta dessa diversidade e, com isso, aprofundar a compreensão de um momento de profunda imprevisibilidade.